



Câmara Municipal de Santa Teresa

Estado do Espírito Santo

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER N. 066/2025

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 058/2025 – “INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS MUNICIPAL, DESTINADO À REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONCLUSÃO DO RELATOR: Favorável à tramitação da matéria.

I – PARECER.

De autoria do Chefe do Poder Executivo, Sr. Prefeito Kleber Medici, foi apresentado o Projeto de Lei n.º 058/2025, a fim de instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Municipal, destinado à regularização de créditos tributários e não tributários do município de Santa Teresa, cuja proposta visa incentivar a regularização de créditos do Município, inscritos ou não em dívida ativa, constituídos até dezembro de 2024, mediante a concessão de reduções parciais sobre multas e juros, incidentes sobre o débito.

O Projeto de Lei veio acompanhado do demonstrativo do Impacto Financeiro conforme exegesse do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressaltou o Senhor Prefeito que esta medida não compromete o equilíbrio das contas públicas e encontra-se compatível com as metas fiscais estabelecidas na LDO e no PPA.





Câmara Municipal de Santa Teresa

Estado do Espírito Santo

Temos que o artigo 3º do Projeto de Lei prevê em seus incisos o percentual de desconto para cada quantidade de parcelas, variando de 80% a 20% de desconto sobre os juros e a multa de mora, bem como sobre a multa da inscrição da dívida, não havendo qualquer desconto sobre o valor original do tributo.

Outro ponto que merece destaque é que ficou estipulado no artigo 6º o prazo para a adesão ao programa, ou seja, até o dia 28 de fevereiro de 2026, podendo ser prorrogado via Decreto.

É o breve relatório.

A Lei Orgânica do Município prevê em seu artigo 12, inciso II o seguinte:

Art. 12. Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

VI - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade da prestação de contas e publicação de balancetes nos prazos fixados em lei;

Por se tratar de Projeto de Lei que visa a aplicação de norma no âmbito municipal de assuntos relacionados à programa de Recuperação Fiscal, de um modo geral, a competência do Prefeito, sobre ele recai de maneira exclusiva. Vejamos o disposto no artigo 39, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

Art. 39. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)



Câmara Municipal de Santa Teresa

Estado do Espírito Santo

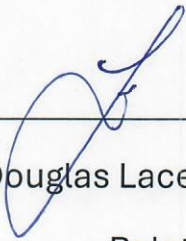
Sendo assim, incumbe aos Senhores Vereadores, a análise e votação do presente projeto de lei, conforme discussão prévia a acontecer em plenário.

Cabe-nos, em sede de análise por esta Comissão, informar que a matéria objeto do projeto, não apresenta impedimentos legais que possam barrar sua normal tramitação, pois o mesmo não padece de vício de constitucionalidade, legalidade, competência e iniciativa.

Nesse sentido, o parecer desta comissão é favorável ao Projeto de Lei nº 058/2025, que INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS MUNICIPAL, DESTINADO À REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES, e por estar devidamente justificado, **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto e, no **MÉRITO, SOU PELA SUA APROVAÇÃO**.

É o que tenho a manifestar.

Sala Augusto Ruschi, aos 16 de dezembro de 2025.


Ver. Douglas Lacerda (Podemos)

Relator

De acordo:


Ver^a. Sarita Moraes de Souza (União Brasil)

Presidente

De acordo:


Ver. Sandrão (PSDB)

Vogal